

Poder público, eficácia simbólica e espaços sagrados: o discurso da (in) tolerância religiosa na construção de políticas culturais

Public power, symbolic efficacy and sacred spaces: the discourse of religious (in) tolerance in the construction of cultural policies

Juliana Oliveira Andrade

Departamento de Geografia,
Universidade Federal do Ceará.
Correo eletrônico: andradeh.julianas@gmail.com

Marcos da Silva Rocha

Departamento de Geografia,
Universidade Federal do Ceará.
Correo electrónico: marcooss.rocha@hotmail.com

Resumo: Este trabalho apresenta a discussão sobre a construção de políticas públicas de resguardo e promoção dos bens culturais (materiais e imateriais) a partir das representações da (in) tolerância religiosa e o reflexo dessa especificidade na atuação estatal no campo da cultura. A pesquisa se realiza considerando como parâmetro o campo simbólico das estratégias devocionais das festividades marianas (comunicação midiática, visitação turística e ritualização carnavalesca) e a caracterização de políticas culturais voltadas para a salvaguarda destas alicerçando-se na tradicionalidade da experiência católica. Identificando as (não) correlações com as denominações religiosas apontadas no escopo do trabalho, analisa-se as ações do Estado a partir do discurso da tolerância religiosa. Para a representação do propósito do estudo se fez necessário compor através da observação de 13 das 27 unidades federativas brasileiras (NE/SE) um mapeamento com recorte estabelecido nos anos 2014-15 dos relatos de violência associados a intolerância religiosa. A partir desse contexto, a investigação perpassa a rede espacial formada pelas religiosidades, analisando a heterogeneidade dos discursos sobre a tolerância.

palavras-chave: devoção mariana; irradiação; estratégia.

Abstract: This paper presents a discussion on the construction of public policies for the protection and promotion of cultural property (tangible and intangible) based on representations of religious (in) tolerance and the reflection of this specificity in the action of State in the field of culture. The research is carried out taking into account as a parameter the symbolic field of devotional strategies of the Marian festivities (communication media, tourist visits and carnivalesque ritualization) and the characterization of cultural policies aimed at the protection of these based on the traditionalism of Catholic experience. The actions of the State are analyzed from the discourse of religious tolerance. In order to represent the purpose of the study, it was necessary to consider 13 of the 27 states of Brazil (SE / NE) mapping the violence associated with religious intolerance for the years 2014 and 2015. From the analysis of the heterogeneity of discourses on tolerance, it is concluded that the net space is impregnated by religiosity. keywords: religion, space, religious intolerance.

Keywords: religion, space, religious intolerance.

Recibido: agosto 2016

Aceptado: enero 2017

1. INTRODUÇÃO

A formação de uma rede espacial complexa estabelecida por meio das festividades religiosas emergindo em conjunto com a legitimação dos espaços simbólicos envolve diversas interações socioculturais e territoriais que sucinta uma série de discussões sobre as formulações e intervenções desenvolvidas pela administração pública para o resguardo e promoção dessa perspectiva social. Entretanto, sob essa ótica observa-se uma característica singular, a crescente participação, na formação dessa teia espacial, de confissões religiosas anteriormente marginalizadas que se apropriam dos espaços ressignificando-os e reclamando-os também como espaços de resistência. Deste modo, outro viés na problemática sobre a construção de políticas públicas de resguardo e promoção dos bens culturais (materiais e imateriais) se apresenta.

O discurso da (in) tolerância religiosa se constitui através da apropriação do outro, ou seja, na vinculação com as demais formas de religiosidades socialmente institucionalizadas. Não obstante, optou-se para a fundamentação da pesquisa considerar como parâmetro o tradicional peso devocional das festividades marianas para delinear o campo imagético-simbólico das representações observando a operacionalização das estratégias devocionais de irradiação (comunicação midiática, visitação turística e ritualização carnavalesca) e as intervenções das políticas culturais (princípios operacionais, administrativos e orçamentários) que atendem aos aspectos (não) simbólicos demandados por esses processos alicerçados na experiência católica. A ideia de um contraponto metodológico pautado na tradicionalidade católica, refere-se a perspectiva do poder alimentado e reproduzido na construção de espaços sagrados, símbolos e ritos que constituem territorialidades que se fortalecem e/ou se defendem na rejeição do outro por meio da intolerância. Destarte, o exercício de resguardo e promoção dos bens culturais religiosos pressupõe a preservação da identidade e continuidade do outro, todavia na construção de políticas culturais, que outro se prioriza? Este artigo propõe a discussão sobre o discurso da (in) tolerância religiosa, a dinâmica da tolerância diante da promoção de bens a patrimônio religioso e o reflexo dessa especificidade na atuação do estado no campo da cultura.

Para este fim, se faz necessário fomentar de forma sintética algumas dimensões teóricas sobre a temática apresentada. Dessa forma, o trabalho será estruturado segundo alguns aspectos definidos. A priori, se abordará a dimensão simbólica e do religioso na sociedade, a caracterização dos espaços sagrados apresentando as particularidades da religiosidade brasileira, sincretismo e reelaborações. Num segundo momento, o diálogo se constrói através da caracterização do discurso da tolerância religiosa, aparato das legislações e aplicabilidade das leis constituídas pelo poder público. Em seguida, apresentar-se-á a discussão, a partir da bibliografia existente sobre o que são políticas culturais e sua articulação, na perspectiva da ação do Estado no campo da cultura na

promoção dos bens culturais a patrimônio. Por fim, toda a contextualização apontada se faz necessária para a representação de uma escala estadual da tolerância religiosa, construída através da observação das unidades federativas referentes as regiões nordeste/sudeste, por meio da divulgação de relatos de intolerância religiosa através dos veículos de imprensa digitais estabelecidas no ano de 2014-15.

2. O edifício do sagrado: a dimensão simbólica e religiosa na construção dos espaços

O simbólico repousa sobre um conjunto de representações que fazemos do mundo para o compreendermos, temos acesso ao mundo através da mediação dessas representações. Segundo Durkheim (2000), o primeiro sistema de representações que o homem teria produzido para si seria o religioso, distinguido como uma manifestação dos sentidos e como estrutura que reúne existência e significação, conforme o autor, as primeiras representações religiosas não se relacionariam diretamente com a ideia de uma divindade e sim com uma representação do mundo. No sistema de representações religiosas, há uma dicotomia que expressa a natureza das coisas em duas esferas, o sagrado e o profano, caracterizando duas esferas divergentes, no entanto, comunicáveis, desde que um conjunto de regras disciplinadoras desse diálogo sejam respeitadas (DURKHEIM, 2000). A priori, se observa a função social das formas religiosas, englobando uma série de desdobramentos socioculturais que vão além do que se apreende sobre o ser religioso, todavia, não se dissociam deste. O poder do símbolo nas representações religiosas “promovem uma confrontação e afirmação de mundo, dando-lhe uma forma inteligível e descrevendo-o de uma maneira que parece se conformar à sua realidade” (SOUSA, 2014, p. 280).

É importante salientar que o sistema de símbolos se alimenta da dimensão social (padrões comportamentais, culturais e espaciais) assim como a dimensão social se sustenta na consolidação dos seus símbolos. Dessa forma, um dos aspectos da dimensão simbólica do religioso é a sua reprodução na organização do espaço, pois

os fenômenos religiosos se manifestam num momento histórico e não há fato religioso fora do tempo. Em diferentes contextos sócio-espaciais o fato religioso imprime marcas no espaço (ROSENDHAL, 2007, p. 7).

Segundo Rosendhal (2007, p. 8) a dimensão geográfica da experiência religiosa define o espaço sagrado definindo-o como “um campo de forças e de valores que eleva o homem religioso acima de si mesmo, que o transporta para um meio distinto daquele no qual transcorre sua existência”. Não obstante, os espaços apropriados permanente e/ou temporariamente com a perspectiva simbólica do sagrado não se dissociam da organização política das cidades, indo além do suporte para a infraestrutura necessária. Logo, as dimensões do sagrado e do profano estendem-se e retroalimentam-se em três eixos - econômico, político e lugar (ROSENDHAL, 2007). Nesse sentido as formas que se dão e se organizam através de preceitos religiosos no espaço geográfico relacionam-se também a conjunto com fatores socioeconômicos e políticos que se atêm a um discurso do Estado e os desdobramentos equivalentes num recorte espaço-temporal profano.

2.1 Religiosidade brasileira: tradicionalidade e resistência

Uma grande cruz erguida na costa das terras achadas desperta a curiosidade dos nativos, em procissão com cânticos em língua desconhecida, homens lusitanos se ajoelham em reverência e beijam o símbolo, acenando aos nativos, para que estes o observassem, e repetissem o gesto, o que fizeram. A religiosidade brasileira se constitui socialmente como um fenômeno mútuo de junção e exclusão de dimensões simbólicas religiosas advindas do contato cultural de povos e grupos distintos. Na representação do sagrado, os símbolos, conforme Geertz (2008, p. 66-67):

“funcionam para sintetizar o ethos – o tom, o caráter e a qualidade de vida, seu estilo e disposições morais e estéticas – e sua visão de mundo – o quadro que fazem do que são as coisas na sua simples atualidade, suas ideias mais abrangentes sobre a ordem. Na crença e na prática religiosa, o ethos de um grupo torna-se intelectualmente razoável por que demonstra representar um tipo de vida idealmente adaptado ao estado de coisas atual que a visão de mundo descreve, enquanto essa visão de mundo torna-se emocionalmente convincente por ser apresentada como uma imagem de um estado de coisas verdadeiro, especialmente bem-arrumado para acomodar tal tipo de vida.”

A dimensão simbólica, como dito anteriormente, sustenta a dimensão social que se afirma em relação ao outro a partir dos seus símbolos, legitimando assim uma visão de mundo explicativa e verdadeira. Nessa construção, no âmbito religioso, a especificidade brasileira se dá no pluralismo religioso, dada sua formação étnico-cultural e os processos sincréticos. Desde os primórdios da incursão lusitana colonizadora e salvacionista nas terras brasileiras, o Catolicismo, através dos seus sistemas de evangelização, foi incorporada nas populações nativas, de colonos e escravos, submetendo-os a um sistema de crenças apresentado como uno e verdadeiro e continuamente assimilado de forma particular. Ritos e símbolos heterogêneos, num hibridismo simbólico. Através da coexistência da ritualização católica tradicional e as representações populares, a religiosidade católica se dicotomiza apresentando um Catolicismo tradicional e/ou oficial gerida pela cúria romana e um Catolicismo popular, não obstante, essa oposição da dimensão simbólica católica não é estática. Conforme Andrade (2013, p.108) a Igreja transigia com determinadas práticas populares e étnicas para uma coadjuvação evangelística “o que facilitou a permanência de uma religiosidade popular que mesclava tradições bem distintas”. Ainda segundo a autora, “a esta interpenetração de crenças e ritos para produzir novas formas religiosas convencionou-se atribuir o conceito de sincretismo” (Ibid).

Moura (1988) contesta a função ideológica da interpretação do sincretismo religioso, por pressupor um movimento passivo historicamente constituído que dilui a resistência e luta contra os elementos constitutivos da cultura europeia, ou seja, a dominação estrutural - econômica, social e político de uma cultura sobre a outra. Embora, a análise se sistematize na teoria social marxista, ao tratar das religiosidades de matrizes africanas no Brasil, o autor aponta que a dimensão que forja a possibilidade dos atores negros a negarem a condição imposta pelo sistema escravista brasileiro se encontram na dimensão religiosa, um movimento de resistência “naqueles espaços sociais permitidos” (MOURA, 1988, p. 23) ressignificando-os. Ressalta-se que os povos indígenas igualmente desenvolveram mecanismos que buscaram manter a integridade simbólica

de suas crenças. Para além da crítica do que se acordou a definir como sincretismo religioso brasileiro, o Candomblé e a Umbanda são os representantes, a priori, desse hibridismo simbólico.

De forma sintética, o Candomblé é uma manifestação de pertencimento ao seio africano, seus ritos e mitos. A representação do Candomblé faz um elo direto com a espiritualidade africana e suas práticas culturais, o grande panteão dos orixás africanos se origina do encontro de tribos heterogêneas nos navios negreiros. Marginalizado, a estratégia de resistência a intolerância religiosa se deu na perpetuação dos orixás africanos sincretizando-os ao culto das imagens católicas, associando-os as características individuais das divindades africanas, mantendo o culto do seu sagrado. Segundo Nascimento (2010, p. 936), a expansão do Candomblé se faz no pós-escravidão e é

“marcada pela necessidade dos grupos afro-descendentes de reelaborar sua identidade social e religiosa para além da ótica escravista e das condições de desamparo social impostas aos negros no pós-escravismo, tendo como referência as matrizes religiosas de origens africanas.”

Por outro lado, o desenvolvimento da Umbanda se dá por volta da década de 1920, na junção dos elementos africanos do Candomblé, dos cultos indígenas e Kadercistas obtendo status de nova religião brasileira.

“A Umbanda é criada num contexto de valorização do “ser brasileiro”, patrocinou a integração no plano mítico de todas as classes sociais, especialmente as excluídas, apresentando uma nova visão distinta da prevalência dos valores dominantes da classe média (catolicismo e posteriormente Kardecismo), com maior abertura as formas populares afro-brasileiras, depurando-as a favor de uma mediação no plano religioso, que representou a convivência das três raças brasileiras” (NASCIMENTO, 2010, p. 937)

Observa-se que as particularidades do pluralismo religioso e processos sincréticos se apresentam em maior evidência nas festas que permeiam o capital festivo religioso popular brasileiro, embora constituído de eventos de primazia católica, muitos aspectos da dimensão simbólica se entrecruzam através do sincretismo pela a aproximação e da apropriação dos espaços sagrados, segundo a demanda religiosa equivalente. É importante ressaltar que essa apropriação não se restringe apenas aos espaços tradicionais de vivência da fé, atravessa a história da cidade, reconfigurando seus espaços permanente e/ou temporariamente incorporando diversos segmentos culturais.

3. Tolerância religiosa: do discurso ético-filósifoco ao modus vivendi

“Parece que aquilo que somos menos capazes de tolerar é uma ameaça a nossos poderes de concepção, uma sugestão de que nossa capacidade de criar, apreender e utilizar símbolos pode falhar” (GEERTEZ, 2008, p. 73). O debate da tolerância perpassa por diversas esferas, visto que vivemos um contexto de múltiplas intolerâncias. Conviver com as diferenças em sociedade não é uma tarefa fácil, a intolerância se mostrará de vários modos, seja de ordem étnica, socioeconômica, sexual ou genética. Diante desta, é importante que o debate acerca do tema, enfoque a religião e realize uma discussão a respeito do conceito de tolerância religiosa na sociedade contemporâ-

nea, debatendo inclusive sobre sua mancha semântica e apresentando como órgãos internacionais tratam o tema no contexto de paz. Dialogar-se-á também com textos clássicos do filósofo iluminista John Locke e sua obra clássica Carta Sobre a Tolerância na perspectiva filosófica do assunto, visto que o próprio momento histórico em que a obra foi escrita, um contexto de intolerância e instabilidade social ainda se faz muito presente no atual debate.

3.1 Do etnocentrismo à declaração de princípios sobre a tolerância

Fundamentalmente importante pontuar que a intolerância religiosa é considerada um crime de ódio que fere a dignidade e a liberdade do ser humano, pois as liberdades de expressão, crença, culto e organização religiosa são asseguradas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pela Constituição Federal Brasileira. De acordo com Alberto Pereira dos Santos a intolerância religiosa é também

“a pretensão de dominação social. Ou seja, o preconceito ou a intolerância religiosa pode ser uma manifestação de poder de um grupo social sobre outro. Geralmente quando um grupo social pretende dominar a sociedade pela via religiosa, prega-se a satanização, o etnocentrismo, a intolerância em relação às outras religiões.” (SANTOS, 2002).

É neste contexto que a UNESCO, no ano de 1995, reuniu-se para discutir temas ligados à tolerância, na ocasião foi elaborada a Declaração de Princípios Sobre a Tolerância, documento importante que versa desde o conceito do próprio termo tolerância até a indicação de caminhos para a paz através da construção de uma sociedade mais justa e tolerante. Em seu primeiro artigo o texto da Declaração buscar conceituar a prática da tolerância, conforme a UNESCO podemos definir tolerância da seguinte forma:

“A tolerância é o respeito, a aceitação e o apreço da riqueza e da diversidade das culturas de nosso mundo, de nossos modos de expressão e de nossas maneiras de exprimir nossa qualidade de seres humanos. É fomentada pelo conhecimento, a abertura de consciência e de crença. Não só é um dever de ordem ética; é igualmente uma necessidade política e jurídica. A tolerância é uma virtude que torna a paz possível e contribui para substituir uma cultura de guerra por uma cultura de paz.” (UNESCO, 1995, p. 11)

Ao longo dos seus artigos o documento também irá tratar sobre o papel do Estado no exercício da tolerância e defende que este deve exigir justiça e imparcialidade na legislação e na aplicação da lei. Exige também que todos possam usufruir de oportunidades econômicas e sociais sem nenhuma discriminação. Segundo a Declaração é dever do Estado “instaurar uma sociedade mais tolerante” e completa dizendo que os Estados devem ratificar as convenções internacionais relativas aos direitos humanos e, caso necessário, “elaborar uma nova legislação a fim de garantir igualdade de tratamento e de oportunidade aos diferentes grupos e indivíduos da sociedade” (UNESCO, 1995, p. 12-13).

No tocante à Educação, o texto da Declaração traz questões muito relevantes para o debate, pois é penetrante ao afirmar que “A Educação é o caminho mais eficaz de prevenir a intolerância”. A educação para a tolerância deve ser considerada como um imperativo prioritário. As políticas e programas de uma educação voltada para a to-

lerância devem contribuir para o desenvolvimento da compreensão, da solidariedade e da tolerância entre os indivíduos, entre os grupos étnicos, sociais, culturais, religiosos, linguísticos e as nações. O artigo sobre a Educação fala também da formação do docente, da melhoria dos programas de ensino, do conteúdo dos manuais e cursos e de outros tipos de material pedagógico, inclusive as novas tecnologias educacionais, objetivando formar cidadãos responsáveis e solidários e que também estejam abertos a novas culturas, capazes de apreciar o valor da liberdade, respeitadores da dignidade dos seres humanos e de suas diferenças e capazes de prevenir os conflitos ou de resolvê-los por meios que não sejam violentos (UNESCO, 1995, p. 15-16).

Nesse sentido, é importante dialogar com o papel do Estado no tocante à formulação de políticas públicas voltadas para a prática da tolerância e ao incentivo do respeito mútuo entre as diversas crenças religiosas. No Brasil temos o direito assegurado pela legislação da liberdade religiosa, tal dimensão se dá em três âmbitos, a saber: a liberdade de escolher determinada religião, liberdade de mudar de religião para outra, liberdade de não aderir a religião alguma e liberdade de ser ateu. A liberdade de culto também está assegurada assim como a liberdade de orar e a de praticar ações e ritos próprios das manifestações em casa ou em público. Importante destacar que a Declaração se encerra com a proclamação da data em que esta foi assinada como o Dia Internacional da Tolerância atribuindo assim ao dia 16 de novembro de cada ano uma marca significativa como do combate à intolerância, incentivando assim entre os diversos povos do mundo a prática da cultura de paz.

3.2 Tolerância religiosa e o contexto teológico cristão

Dentro da perspectiva religiosa da tolerância religiosa temos a contribuição das ideias de Debiasi (2011) que constrói sua argumentação sobre elementos essenciais para uma Teologia da Tolerância fazendo o diálogo entre a obra do filósofo John Locke, Carta Sobre a Tolerância (1689) e os textos sagrados. “A natureza não nos fez tolerantes”, é uma das passagens que abrem o texto do autor, onde ele irá explicitar que os seres humanos não são tolerantes por natureza, contudo a tolerância é uma virtude que deve ser buscado por aqueles que são adeptos ou não de religiões. Debiasi, em sua obra, irá versar principalmente sobre:

[...] “separação entre política e religião, do direito à liberdade de consciência, de culto, da privacidade religiosa e das diferenças. Sem impor uma resposta única à conduta cristã, demonstra-se, por uma hermenêutica sistemática, que a tolerância cristã supera limites histórico-culturais e circunstâncias político-religiosas e que em Jesus Cristo é possível a melhor resposta para o *modus vivendi* cristão em tempo de sociedade plural.” (DEBIASI, 2011)

14

Indispensável ressaltar, contudo, que ao tratar de tolerância e intolerância o debate não deve se restringir à esfera religiosa, ou seja, questões como o racismo, homofobia, xenofobia e o preconceito em geral também perpassam por questões relativas à tolerância. No entanto, o trabalho de Debiasi (2011) sobre a Teologia da tolerância tem como ponto central do trato da tolerância dentro da perspectiva religiosa buscando uma melhor resposta da conduta cristã na superação da intolerância religiosa.

Locke ao escrever a Carta talvez já imaginasse que suas ideias iriam contribuir de-

masiadamente para o futuro da humanidade e para os caminhos do religioso. Pois conforme Debiasi (2011) “intui-se que praticar a tolerância é reafirmar as contribuições de John Locke não se restringem à sua época do amanhecer do secularismo, mas também são imprescindíveis na sociedade contemporânea marcada por um forte espírito de intolerância”. Tal obra foi escrita num período conturbado de instabilidade política e forte espírito de intolerância, pois não havia entendimento dos papéis das comunidades religiosas e políticas. O idealismo lockiano é marcado pela autonomia das instituições públicas e privadas, o respeito à vontade do indivíduo, à liberdade política do cidadão e religiosa daquele que crê, objetivando a paz (DEBIASI, 2011).

4. Políticas culturais: a atuação do estado na esfera da cultura

Dentre as abordagens que segmentam a análise das políticas culturais, compreendemos a importância da atuação da perspectiva não-estatal da elaboração e implementação destas em parceria e/ou protagonismo da sociedade civil e iniciativa privada, no entanto, para o proposto no trabalho, optamos por um recorte metodológico, apontando a esfera do estado. A discussão do que se entende por cultura, suas ramificações nas instâncias do poder público, o alcance do discurso e a eficácia simbólica deste, estrutura as formulações e aplicação de políticas públicas na área de cultura. Dessa forma, se faz necessário, antes de caracterizar os aspectos das políticas culturais, diferenciar algumas visões sobre a cultura que coexistem com as funções das políticas culturais. Não é a intenção deste trabalho definir uma visão de cultura, enquadrando o conceito, ou ainda apontar todo o prisma de concepções existentes na literatura. Logo, alicerça-se em Botelho (2001) para apontar duas dimensões da cultura, pois a distinção entre as duas apontam estratégias diferentes para a construção de políticas públicas. Partindo do pressuposto genérico de que cultura é tudo aquilo que o homem produz, seja ele simbólico ou material, a autora aponta as dimensões antropológicas e sociológicas da cultura, dado que, é necessário limitar o campo de atuação para que os projetos de políticas públicas na área da cultura possam ser viáveis (BOTELHO, 2001)

A dimensão antropológica da cultura refere-se o que é produzido através da interação social dos indivíduos, suas representações que fabricam as formas de pensar e sentir, aferindo identidades e diferenças, o que caracteriza o cotidiano dos indivíduos, um microcosmo restrito, suas associações mais próximas, relações familiares, de vizinhança e etc. A dimensão sociológica da cultura em contraposição as relações construídas na esfera do privado, aborda as relações que dependem de instituições, sistemas organizados socialmente, apresentando “um conjunto diversificado de demandas profissionais, institucionais, políticas e econômicas, tendo, portanto, visibilidade em si própria” (BOTELHO, 2001, p. 74). Ou seja, os bens culturais são inclusos num circuito organizacional instituído, onde a produção, circulação e consumo é definido pelo o que é socialmente aceito por cultura. Conforme a autora, os atributos de uma esfera institucionalizada, que permite a elaboração de diagnósticos e estabelecimento de metas, que permeiam as características da dimensão sociológica da cultura faz com que esta sejam, em primazia o campo de atuação do estado na esfera cultural.

Segundo Piazzon et all (2013) os debates sobre as políticas culturais apontam classificações a partir das ideologias estatais e/ou das especificidades da política pública. Contudo, na formação das políticas culturais, observa-se uma distinção que permeiam

as formulações destas, o acesso às atividades e aos bens culturais das elites como forma de democratizá-los e em segundo, apoio e valorização das práticas culturais populares ou comunitárias. A autora, definindo política cultural como “ação sistemática do Estado no campo da cultura” (PIAZZON et al, 2003, p. 5) destaca outras modalidades de política cultural que antecedem as políticas de produção e difusão cultural contemporâneas, dentre elas as políticas de identidade e patrimônio. As primeiras ações para preservação patrimonial como estratégia integrante de construção de uma identidade nacional ocorreram na década de 1930 com a criação de órgãos de preservação da memória nacional brasileira, bens materiais e artísticos, privilegiando o conjunto referencial de identidade das classes dominantes. A posteriori, essas políticas se reelaboram e passam a valorizar as diversas identidades étnico-culturais, incluindo as manifestações simbólicas populares (PIAZZON et al, 2003).

O Plano Nacional de Cultura (PNC)¹, instituído pela Lei 12.343, expressa no planejamento e implementação de políticas públicas (longo prazo) a tríade Diversidade- Cultura- Desenvolvimento econômico, embora na construção do PNC se verifique uma preocupação com a produção e difusão cultural de dimensão antropológica, conforme Botelho (2001), identificada como mais democrática, inclusive com o esforço de se destacar e incluir as subdivisões das especificidades culturais, além da valorização das territorialidades (Planos Setoriais; Planos Territoriais), a necessidade de um circuito organizacional, que responda a demanda governamental pelos resultados (metas, sistemas de acompanhamento, avaliação e controle) parecem inserir a aplicação das políticas culturais efetivas na dimensão institucionalizada da cultura, sua caracterização mercadológica, comunicacional e financeira que retribuam socioeconomicamente os recursos destinados pela ação do estado.

5. Dos pressupostos iniciais

Parte da investigação proposta do presente artigo tem sua motivação inicial na condução do projeto de pesquisa ESTRATÉGIAS DE IRRADIAÇÃO DEVOCIONAL E POLÍTICA PÚBLICA DE TOLERÂNCIA NO PATRIMÔNIO RELIGIOSO DOS ESTADOS BRASILEIROS (NE/SE), desenvolvido nos anos de 2015-2016. A proposta da pesquisa busca compreender a progressiva formação de redes espaciais demonstrando que a multiplicação de eventos não se segmenta apenas na escala municipal em sintonia com os territórios diocesanos. Ela avança à escala estadual ganhando aparato jurídico das políticas públicas culturais e pondo em relevo muitas das questões patrimoniais de contemporaneidade. Daí o núcleo dessa pesquisa, permanecer residindo de construção de uma metodologia exploratória, capaz de ampliar as tipologias desse processo de modelagem de um bem religioso. Um bem cada vez mais integrado à dimensão patrimonial da cultura e da espiritualidade, na escala do mundo-lugar (MARANDOLA JR; HOLZER; OLIVEIRA, 2012) e no itinerário devocional que redesenha a fé cristã insígnias pós-modernas (DEBRAY, 2004). Alvo fundamental na avaliação do quanto se demanda, entre tantas políticas públicas atuais, uma política capaz de enfrentar os desafios culturais de promoção, diversidade, tolerância e gestão do patrimônio religioso. Pretendemos com a presente discussão realizar também o enquadramento da leitura de uma Geografia da Religião renovada pelo enfoque político cultural; aberta a situar

¹ Disponível em: <<http://pnc.culturadigital.br/>>. Acesso em: 23 de mar de 2016.

o ato devocional como fator político de interesse público (PEREIRA, 2003). Seja no âmbito do espaço de representação para uma territorialidade sagrada (GIL FILHO, 2008, p.101-116), seja na expressividade do sagrado no urbano, materializando a permanência da cisão sagrado/profano (ROSENDAHL, 1996, p. 25-47).

A caracterização dos grandes centros devocionais do catolicismo contemporâneo, como “santuários” têm reunido formas de expansão e gestão consideravelmente complexas. Principalmente quando o alcance regional de sua polaridade interage diretamente com um crescente número de municípios e bairros que não deram origem àque-la devoção específica do lugar. O que na pós-modernidade corresponderia a um tipo de expansão diretamente vinculado aos padrões de um livre (e agressivo) mercado de “bens simbólicos e religiosos”, francamente adaptado à lógica empresarial de qualquer outro produto ou serviço voltado aos consumidores urbanos. São estratégias do cristianismo pós-moderno, frequentemente ignoradas na caracterização geográfica dos municípios e centros regionais, os processos devocionais de comunicação midiática, visitação turística e ritualização carnavalesca dos processos simbólico-devocionais. Três movimentos coordenados de representação política que valorizam peso cultural (e patrimonial) polarizadores da irradiação devocional das crenças cristãs.

Dentre a observação do aparato estratégico dos eixos apontados no projeto de pesquisa visualizados em conjunto ou parcialmente nas festividades marianas analisadas em campo, dentre elas, festividades formalmente registradas como bens culturais imateriais, constatou-se a coexistência com identidades religiosas marginalizadas em detrimento à herança euro-lusa-católica, embora essas mesmas confissões sejam referências culturais da formação histórico-social brasileira. Para além da discussão profícua sobre o entrelaçamento dos espaços sacros e profanos na práxis católica, ou ainda, a sua inserção da lógica empresarial e comunicacional, observa-se que a Igreja Católica, em linhas gerais, representa a tradicionalidade e o sagrado, o lugar comum que detém continuidade histórica, o seu campo imagético-simbólico e institucional que se ramificam em estratégias devocionais que se adequa, em relação as fundamentações das políticas públicas culturais, ao modus operandi do cariz sociológico apontado por Botelho (2001). Seria ingênuo pressupor que as demais manifestações religiosas, não desenvolvem diante da sociedade atual um “valor utilitário e econômico” (FONSECA, 2005), o caráter simbólico dessas religiosidades que os associam a construção de uma identidade, são apropriados através de um discurso antropológico da cultura, o que lhes confere visibilidade, intermediado e, de certa maneira, produzido pelo Estado para a instrumentalização das políticas culturais.

Fonseca (2005, p. 42) explicita essa característica separando as esferas dos bens culturais e patrimoniais que “a intermediação do Estado no segundo caso, através de agentes autorizados e de práticas socialmente definidas e juridicamente regulamentadas, contribui para fixar sentidos e valores, priorizando uma determinada leitura”. No entanto, supor que a reprodução desta leitura seja totalmente incorporada socialmente, ao ponto de suplantar as visões de mundo também culturais e dominantes, no caso é simplista. Sob essa contextura podemos focar a vinculação sincrética religiosa brasileira, o discurso do Estado de preservação de identidade e continuidade da religiosidade afrodescendente como patrimônio cultural e a histórica intolerância religiosa a essas designações de fé. Dessa forma, outra forma de leitura se constrói na esfera da

(in) tolerância religiosa. A necessidade de se apontar a derivação do termo se encontra na própria caracterização do discurso, uma série de problemáticas nem sempre claramente diferenciadas e/ou definidas e seus desmembramentos nas políticas públicas. O discurso da tolerância religiosa, nesse contexto, se avoluma em torno de uma metodologia de apoio a pluralidade, e a pluralidade se institucionaliza num espaço social permitido no discurso do Estado. Sobre essas preocupações, a partir da observação do espaço simbólico católico nas estratégias devocionais das festividades marianas a vinculação ao aparato jurídico-institucional intrínseco a aplicação das políticas públicas, a equivalência em relação as demais formas de religiosidade brasileira, se constrói a ideia de uma escala da intolerância elaborada através dos relatos de violência veiculadas em mídia digital entre os anos 2014-15. Os apontamentos a seguir se referem as reflexões iniciais sobre a convergência e tipos de intolerância religiosa considerando como parâmetro os espaços sagrados, símbolos e ritos institucionalizados, no caso, as festividades marianas, concomitante com a apropriação e desdobramento desses espaços sagrados na dinâmica das relações sociais ressignificando-os.

5.1 Dos pressupostos à pesquisa: a peleja pela pluralidade

A diferenciação realizada no recorte apontado alude a condução do projeto de pesquisa ESTRATÉGIAS DE IRRADIAÇÃO DEVOCIONAL E POLÍTICA PÚBLICA DE TOLERÂNCIA NO PATRIMÔNIO RELIGIOSO DOS ESTADOS BRASILEIROS (NE/SE), dessa forma, a pesquisa se centraliza nos estados que compõem a região Nordeste e Sudeste totalizando 13 unidades federativas. O mapeamento esquemático da Intolerância Religiosa se realiza considerando os relatos de violência de cariz religioso veiculados em mídia digital entre os anos 2014-15. A averiguação se distribui em três vertentes religiosas – matrizes africanas, catolicismo, protestantismo - ainda que, na construção da pesquisa, se identifique casos de intolerância num espectro maior de religiosidades (regionalidades). As palavras-chaves utilizadas para a pesquisa na ferramenta de buscas nos dá um aspecto inicial da representatividade do fenômeno, somadas, as menções à intolerância religiosa nos treze estados utilizados chegam a 2.071.500 milhões². De antemão, o fato citado corresponde a metodologia exploratória utilizada e desenhou uma primeira visualização da problemática.

A caracterização dessa imagem superficial aponta aspectos relevantes, por exemplo, divididas em dois blocos regionais, as referências a intolerância religiosa veiculadas por capital indica uma escala primária, das capitais nordestinas a que apresenta maior quantidade de menções é a cidade de Salvador, representando cerca de 25,6%. Das capitais do Sudeste, a grande São Paulo reúne 51,9% das menções nos sites de busca seguida pela cidade do Rio de Janeiro, com 36%. Dada a desproporção da quantidade de estados que compõem os blocos regionais da pesquisa (NE/SE), respectivamente, 9 e 4 unidades federativas, outro aspecto relevante é a equivalência de menções a intolerância religiosa em mídia digital, totalizando 51,38% (NE) e 48,62% (SE), o que denota uma possível ligação com os dados apresentados pela Secretaria de Direitos Humanos

² O número de menções conjuntas no site de busca Google foi visualizado no dia 24 de abril de 2016. Ressalta-se que os números são variáveis, posto que, diariamente são inseridos arquivos novos na rede.

(SDH)³ do governo federal apontando que, dos 462 registros de denúncias referentes a intolerância religiosa, entre os anos de 2011-15, 42,8% das queixas foram registradas na região Sudeste. Na região Nordeste, os estados com maiores números de denúncia foram Bahia e Ceará, por ordem, 8% e 3,6%. A correlação dos dados não sugere que a quantidade de denúncias seja proporcional ao número real de ocorrências em relação as regionalidades.

O recorte organizado para o mapeamento da Intolerância Religiosa sistematiza a pesquisa segundo alguns parâmetros - Relatos de violência; recorte temporal (2014-15); vertentes religiosas específicas. Logo, num segundo momento, as menções a intolerância nas mídias digitais são afiniladas seguindo os parâmetros definidos. Na estruturação dos relatos de violência, distinguiu-se maior incidência dos eventos elencados - impedimentos, perturbação e invasão dos espaços de rito; vandalismo, depredação da estrutura física e danificação dos elementos simbólicos das formas religiosas - símbolos, imagens, ídolos, vestimentas; ameaças, veiculações de ofensas religiosas em sites na internet, agressão física e verbal, assassinatos. Das matrizes religiosas selecionadas para o estudo, o maior número de menção a violências cometidas é direcionado as religiões de matrizes africanas, em segundo, a religião católica, seguida pelo protestantismo. Segundo o balanço de atendimento as vítimas de intolerância religiosa do Centro de Promoção da Liberdade Religiosa e Direitos Humanos (CEPLIR) no estado do Rio de Janeiro, totalizados 948 atendimentos, entre julho de 2012 a dezembro de 2014, os casos de intolerância contra religiões afro-brasileiras representaram 71,15% dos casos.

Não obstante, a mensuração dos dados disponibilize parâmetros sobre a reflexão da problemática, a discussão do artigo aponta para a elaboração de políticas públicas culturais a partir das representações da (in) tolerância religiosa. Na análise das reportagens veiculadas, depara-se com a relação do poder público como gestor dos espaços sagrados e a eficácia desse discurso. A priori, além a disputa simbólica e o desdobramento desses espaços sagrados, observa-se a cisão dos agentes públicos em relação às práticas sobre a intolerância religiosa. Nas falas contidas nas reportagens é possível observar não só a reivindicação dos espaços sagrados por confissões religiosas marginalizadas – incluindo, também as religiões neopentecostais, como discurso do Estado na construção de políticas públicas culturais que se pautam num sentido de tradicionalidade e continuidade que se estruturam em torno de desenvolvimento socioeconômico.

Kelma de Iemanjá, representante da Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde (RENAFRO) afirma durante o I Encontro Fortaleza contra a Intolerância Religiosa (2015) em Fortaleza no estado do Ceará que,

“o Estado brasileiro, na lei, é laico. Mas, na prática cotidiana, nas políticas públicas, o Estado brasileiro não é laico, porque, na hora de apoiar a Festa de Iemanjá, ele apoia com coisa pouca, diante das festas grandiosas que a gente tem, apoiando vários outros formatos” [de celebrações religiosas]⁴

³ PRÉ-RELATÓRIO SOBRE INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NO BRASIL: Informações, estudos de casos, números na tentativa de entender e intervir nos processos de preconceitos. Disponível em: <<<http://ceubrio.com.br/downloads/relatorio-Intolerancia-religiosa-18-08-2015.pdf>>>. Acesso em: 21 de fev. 2016.

⁴ Reportagem veiculada na revista eletrônica Adital: notícias da América Latina e Caribe. Disponível em: <<<http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=86005>>>. Acesso em: 2 de mar. 2016.

Observa-se que, como dito anteriormente, as festividades religiosas precisam estar inseridas num circuito organizacional que sustentem a ação governamental e aplicação das políticas públicas culturais, esses circuitos tendem a ser legitimados através do discurso da tradicionalidade. Na construção da discussão, um aspecto preponderante que veio se articulando no corpo do texto é a representação do simbólico, como mediação do eu-mundo, e os espaços sagrados, como representação do eu-mundo-religioso não dissociado da organização social, das dimensões econômicas e políticas das cidades. A disputa pelos espaços da cidade, simbolicamente apropriados permanente e/ou temporariamente, são identificadas em alguns relatos de intolerância religiosa.

De acordo com o estudo realizado, a região Nordeste apresenta maior incidência de casos com essas características. Em 2015, representantes do Coletivo Religioso de Matriz Africana e da religião evangélica foram ao Ministério Público de Alagoas, para decidirem quem utilizaria a orla de Pajuçara dia 8 de dezembro, os grupos de matriz africana celebram o dia de Iemanjá nesta data em Maceió, tradicionalmente. No entanto, os grupos evangélicos da cidade reivindicaram o espaço na mesma data para realizar o evento “Maceió de Joelhos”, segundo o representante dos grupos evangélicos, a data foi escolhida por ser um dia após o aniversário de Maceió, e o local ser de fácil acessibilidade. O evento ocorre há cerca de nove anos, e segundo o mesmo, é considerado tradicional para os grupos evangélicos de Maceió.⁵ Em Salvador, foi aprovado na câmara de vereadores, proposta para a colocação de uma réplica da Bíblia no Dique do Tororó, onde se encontram doze réplicas representando os Orixás, a autora da proposta, vereadora Cátia Rodrigues (PROS) justifica seu projeto argumentando que a ação seria em nome da tolerância religiosa⁶.

Outro aspecto observado é o silenciamento das religiosidades que representam grandes parcelas da população brasileira. Na região Sudeste. Em 2014, uma ação movida pelo Ministério Público Federal (MPF), pedia a retirada da internet de vídeos de cultos evangélicos depreciando a prática do Candomblé e Umbanda, entre outras manifestações religiosas afro-brasileiras, a Justiça Federal do Rio de Janeiro, decidiu que as crenças citadas não deviam ser consideradas religiões por ambas não apresentarem traços necessários para o reconhecimento destas como tal, texto base, estrutura hierárquica e a representação de uma divindade a ser venerada⁷. Deste modo, observa-se um movimento retórico do papel dos agentes públicos, mediadores e fomentadores dos conflitos no discurso da (in) tolerância religiosa, essas complexidades se refletem na adoção de políticas públicas culturais e nas ações correlatas.

6. Considerações finais

O papel do discurso da (in) tolerância religiosa na construção de políticas públicas culturais, não podem ser dissociadas da eficácia das representações que as legitima. A análise comparativa que toma como contraponto as estratégias devocionais das festivi-

⁵ Reportagem veiculada no portal G1 notícias AL. Disponível em: <<<http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2015/11/grupos-religiosos-disputam-orla-da-pajucara-para-festividades-no-dia-8.html>>>. Acesso em: 2 de mar. 2016.

⁶ Reportagem veiculada no portal Comunica Bahia. Disponível em: <<<http://comunicabahia.com.br/prefeito-reprova-ideia-de-colocar-biblia-entre-orixas-no-dique-do-tororo/>>>. Acesso em: 2 de mar. 2016.

⁷ Reportagem veiculada na revista eletrônica Fórum. Disponível em: <<<http://www.revistaforum.com.br/2014/05/17/para-justica-federal-umbanda-e-candomble-nao-sao-religoes/>>>. Acesso em: 2 de mar. 2016.

dades marianas se constroem na necessidade de avaliar as intervenções do Estado alicerçando-se na institucionalização tradicional católica, com traços-bases bem definidos, símbolos e ritos socialmente aceitos. Constata-se então, que o discurso da tolerância religiosa, sob a ótica do Estado está associada à preservação, no sentido de continuidade simbólica e histórica, quando em se propõe ao enfrentamento dos desafios culturais e gestão dos bens culturais religiosos. No entanto, a leitura do Estado e ação no campo da Cultura que se atém a um discurso num recorte temporal específico vem de encontro a um sistema de representações socioculturais dominantes presentes na formação brasileira, dessa forma, essas leituras negociam o uso simbólico de um espaço social permitido.

Na análise dos relatos de intolerância, nota-se um rompimento dual desse contrato, as confissões religiosas protagonizam novos espaços simbólicos e refutam a hierarquização dos espaços. Alguns setores sociais e religiosos conservadores, para além do discurso valorativo do Estado – Pluralidade cultural, do resguardo e promoção dos bens culturais brasileiros, arremedam uma cruzada pelos valores civilizatórios. Desse modo, o discurso da (in) tolerância religiosa se entrecruza na construção das políticas culturais apresentando medidas paliativas que se associem também a lógica da identidade em função do desenvolvimento econômico. O mapeamento dos estados do Nordeste e Sudeste, na tentativa de se construir uma escala da tolerância assinalada pelas especificidades regionais, aponta a heterogeneidade dos discursos que se manifestam no espacialmente através das políticas culturais. A metodologia proposta não têm como cerne diagnosticar o estado, ou região, mais ou menos tolerante, se propõe a observar através dos relatos as particularidades destes, as ramificações e especificidades são inúmeras, desta forma, políticas públicas que atendam demandas específicas são necessárias. No entanto, a leitura em que se alicerçam as políticas são construídas em torno de leituras pontuais – espaciais e temporais – que obliteram essa pluralidade.

7. Referências bibliográficas

- Andrade, M. O. de. A Religiosidade Brasileira: o pluralismo religioso, a diversidade de crenças e o processo sincrético. Revista Eletrônica de Ciências Sociais, n. 14, 2009. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/caos/n14/6A%20religiosidade%20brasileira.pdf>>. Acesso em: 10 de abr. 2016.
- Botelho, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. São Paulo em perspectiva, v.15 n. 2, 2001. Disponível em: <http://www.guiacultural.unicamp.br/sites/default/files/botelho_i_dimensoes_da_cultura_e_politicas_publicas.pdf>. Acesso em: 18 de abr. 2016.
- Debray, R. Deus, um itinerário. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- Debiasi, M. Teologia da tolerância: Um modus vivendi cristão. Porto Alegre: PUCRS, 2011. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/5287>>. Acesso em: 20 de out. 2015.
- Durkheim, E. As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália. Trad. Paulo Neves. Martins Fontes: São Paulo, 2000.
- Farias, M. Classe e raça no pensamento de Clóvis Moura. Anais do Seminário FESPSP 2014. Disponível em: <http://www.fespsp.org.br/seminario2014/anais/GT11/7_RACA_E_CLASSE.pdf>. Acesso em: 09 de abr. 2016.
- Fonseca, M. C. L. O patrimônio em processo: trajetória da política federal da preservação no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC - Iphan, 2005.

- Geertz, C. A interpretação das culturas. 1 ed. 13 reimpr. Rio de Janeiro: LCT, 2008.
- Gil Filho, Sylvio Fausto. Espaço Sagrado, estudos em Geografia da Religião. Curitiba, IBPEX, 2008.
- Marandola, E.; Holzer, W; Oliveira, L.de. (org). Qual o Espaço do Lugar? São Paulo: Ed. Perspectiva, 2012.
- Moura, C. Sociologia do negro brasileiro. São Paulo: Ática.1988.
- Nascimento, A. A. S. Candomblé e Umbanda: Práticas religiosas da identidade negra no Brasil. RBSE, 9 (27): 923 A 944. ISSN 1676-8965, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.cchla.ufbp.br/grem/AlessandraArt.pdf>>. Acesso em: 15 de mar. 2016.
- Pereira, J. C. A. “Linguagem do Corpo na Devoção Popular do Catolicismo”. Revista de Estudos da Religião. Nº 3 / 2003 / pp. 67-98. ISSN 1677-1222, Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/rv3_2003/p_pereira.pdf> Acesso em 07 de mai. 2013.
- Piazzon, L; Ortellado, P; Sousa, V. O que são políticas culturais? Uma revisão crítica da modalidade da ação do estado no campo da cultura. In: IV Seminário Internacional de Políticas Culturais, Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 2013. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2013/11/Luciana-Piazzon-Barbosa-Lima-et-alii.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2016.
- Rosendahl, Z. Espaço e Religião. Uma Abordagem Geográfica. Rio de Janeiro: UERJ-NEPEC, 1996.
- Rosendahl, Z. Espaço, SIMBOLISMO E RELIGIÃO: RESENHA DO SIMPÓSIO TEMÁTICO. Revista Brasileira de História das Religiões – ANPUH. Maringá (PR) v. 1, n. 3, 2009. ISSN 1983-2859. Disponível em <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>>. Acesso em: 14 de abr. 2016.
- Sousa, R. F de. Simbolos religiosos, signos e ideologia: contribuições do círculo bakhtiano para o estudo da religião. Debates do NEER, Porto Alegre, Ano 15. n. 26, p. 227-298, Jul./ Dez. 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/download/52055/32078>> Acesso em: 18 abr. 2016.